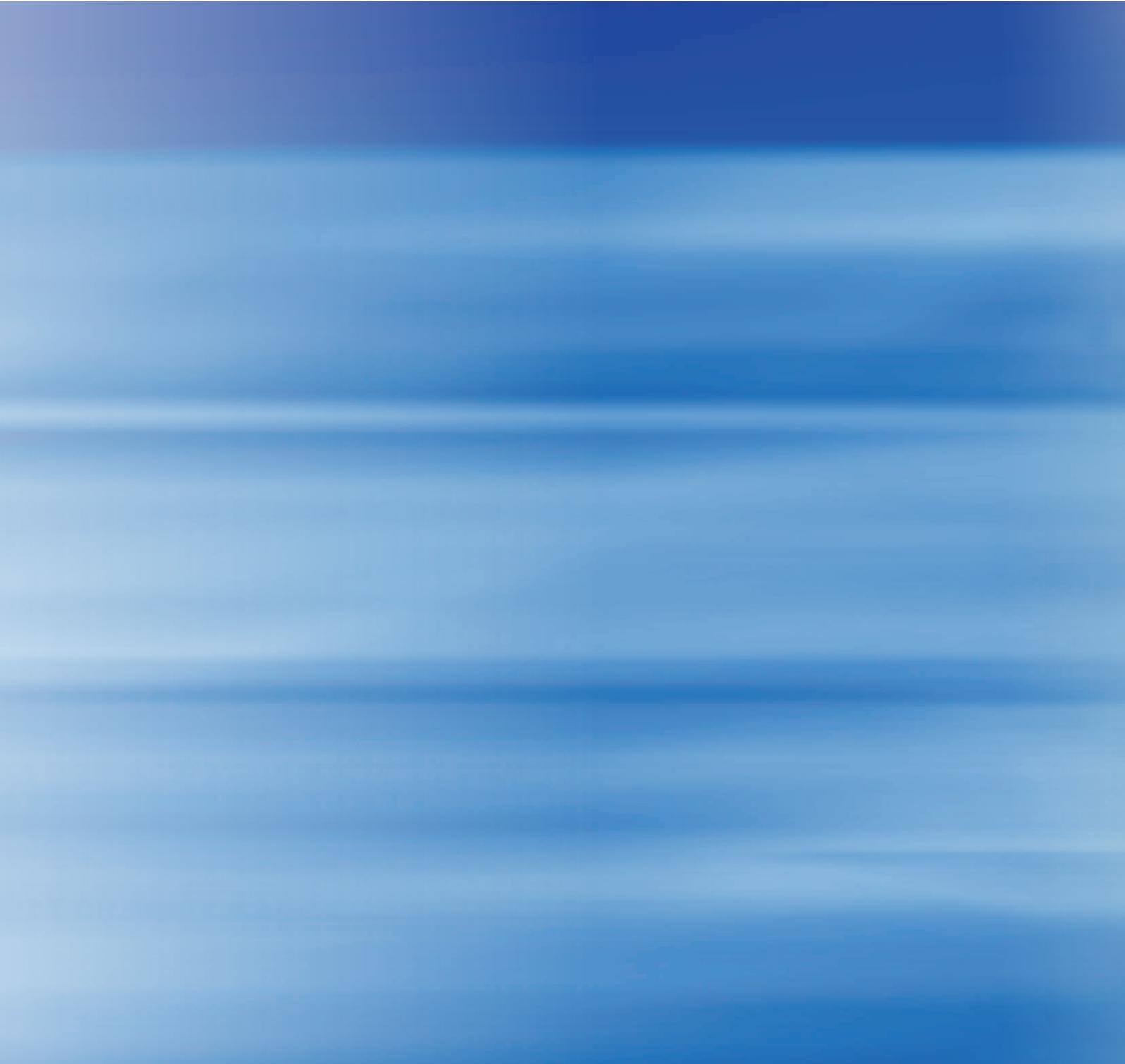




2009

Relatório e Contas







2009

Relatório e Contas





Índice

Convocatória Reunião do Conselho Geral	05
1. Relatório de Actividades e Proposta de Aplicação de Resultados	07
2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	13
3. Mapas Contabilísticos, Balanço, Demonstração de Resultados e Notas Explicativas	15
4. Relatório e Parecer dos Auditores	33
5. Órgãos Sociais	37



Convocatória

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

Convocatória

Nos termos do disposto do nº 1 do Artigo 21º dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e para as finalidades previstas nas alíneas a), b), h), p) e t) do Art.º 22º dos referidos Estatutos, convoco o Conselho Geral para se reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Março de 2010 (terça feira), pelas 15:00 horas, no Auditório da nova Sede, na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano 2009, do SNQTB;
2. Deliberação sobre a contratação colectiva;
3. Deliberação sobre a designação de um novo Curador para a Fundação Social do Quadro Bancário;
4. Estratégia sindical;
5. Análise e deliberação sobre alterações ao Regulamento do SAMS/QUADROS;
6. Assuntos Diversos.

Nota 1:

Se à hora indicada não estiver presente o número de membros necessários, o Conselho Geral reúne, trinta minutos mais tarde, desde que se encontre presente um terço dos seus elementos, embora só possa deliberar validamente quando estiverem presentes metade e mais um dos Conselheiros;

Nota 2:

A Direcção fará chegar aos Senhores Conselheiros, atempadamente, os documentos que irão ser objecto de análise.

Lisboa, 17 de Março de 2010

O Presidente da Mesa Unificada

Dr. Joaquim Esteves Saloio



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1 - UM ANO, TALVEZ PARA ESQUECER?

1.1 - Ainda a crise global

No ano findo tivemos o verdadeiro impacto da crise global. Com a retracção dos mercados, as empresas deixaram de vender o que estava projectado e muitos não tiveram outra solução se não o seu encerramento.

Os mercados de capitais apresentaram várias tendências sendo as subidas geralmente maiores que as baixas, o que prenuncia uma tímida recuperação. Geralmente é assumido que a crise teve a sua origem nos mercados financeiros onde foi vendido "muito gato por lebre". Daí que se tenham anatemizado as grandes empresas de auditoria e depois as empresa de "rating". Porém, as desonestidades existem em todos os sectores, como é o caso World Com ou Enron, por exemplo, sendo fomentadas, muitas vezes, pelo enaltecimento absurdo do sucesso ou das elevadas rentabilidades.

Durante o primeiro semestre de 2009, muito do preconizado pelas intervenções do FED nos EUA, foi seguido pelo BCE, e os governos europeus ocorreram em auxílio dos grandes bancos ou instituições financeiras. As injeções de liquidez nessas instituições à custa do aumento do endividamento dos estados tiveram como intenção baixar os custos do crédito tendo os bancos centrais praticado uma acelerada política de baixas taxas de juro.

1.2 - A Banca Portuguesa

O rescaldo ainda está em curso, mas pode-se afoitamente afirmar que a banca portuguesa, como sempre defendemos, mostrou uma enorme robustez. Nem todos os bancos portugueses recorreram aos financiamentos externos avalizados pelo Governo. A solução mais comum foram os aumentos de capital suportados pelos seus accionistas ou as emissões de obrigações perpétuas subscritas com relativa rapidez pelos interessados.

Os casos do BPN e do BPP, as excepções à regra, ainda não estão resolvidos. À célere estatização do primeiro correspondeu uma demorada, quão atribulada, constituição do FEI (Fundo Especial de Investimento) no BPP e que poderá não garantir a sobrevivência deste banco. Neste caso particular, o Estado e os seus principais accionistas são cúmplices e responsáveis por tanta evidente incompetência na obtenção da viabilização da instituição e o assegurar do emprego a quase duas centenas de trabalhadores.

Concluindo, como dissemos há um ano, "a Banca Portuguesa perante a crise mundial e, em sua consequência, apenas teve menos lucros...até porque os custos de pessoal continuaram a ser esmagados".

2 - A NOSSA SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA

2.1 - Evolução económica

Apesar de todos os contratempos já aludidos em 2008, como a sonegação de contribuições e quotizações praticadas por alguns dos grandes bancos, que no passado eram garante de uma visão humanista e rigorosa que honrava a banca e que a justiça dos poderosos (a que temos, que protege e honra os que roubam milhões e é fera para com os excluídos da vida) tem vindo a dar razão nas primeiras e segundas estâncias judiciais, as nossas contribuições, em 2009, cresceram 7,9% que comparam com o crescimento de 7,6% das quotizações. Esta aparente discrepância tem a ver com os colegas que passaram à situação de reforma (passando a pagar somente 50% da quota sindical).

Pela primeira vez na história do Sindicato as nossas receitas primárias ultrapassaram os quarenta milhões de euros. Este facto demonstra claramente que, apesar da interna “limpeza de ficheiros” efectuada no início de 2009 exigência da qualidade da nossa informação, o número total de sócios (números líquidos) ultrapassou os 15.600.

Ainda como exigência da melhoria da nossa qualidade da informação, nomeadamente contabilístico-financeira, alterámos o registo das nossas responsabilidades financeiras para com os nossos fornecedores. Assim, a nossa facturação de saúde passou a ser contabilizada no dia da sua entrada nos nossos serviços quando, anteriormente, só era registada após a sua conferência, o que podia levar, em alguns casos duvidosos, até três meses. Deste facto retira-se uma ilação: os 34.894.160, 72€, pagos em custos da actividade social em 2009, poderão incluir mais de cinco milhões de euros respeitantes aos dois últimos meses do ano de 2008.

Todo este esforço de qualidade da nossa informação financeira teve, ainda em 2009, um correspondente investimento na área da informática e telecomunicações e que ultrapassou os 600.000,00€, na perspectiva de, dentro de breves meses, podermos habilitar os nossos sócios com modernos acessos e meios tecnológicos que já usufruem em alguns bancos onde trabalham.

2.2 - Evolução financeira

Começamos pela nossa área mais importante:

O desempenho dos SAMS/QUADROS

Anos	2006	2007	2008	2009
Receitas	26.959,9	29.505,0	32.574,7	35.142,2
Contas/ Comparticipações	24.959,4	28.489,1	25.297,3	32.699,3
Margem Bruta	1.993,5	1.015,9	7.277,4	2.442,9

Da análise do quadro supra, convém ter presente o seguinte:

- Até início de 2008 o art.º 19 do Regulamento do SAMS/QUADROS tinha uma aplicação simbólica. Quer dizer que, sem querer os SAMS/QUADROS financiava todos os demais sistemas de saúde público ou privados;
- Em 2008 a rigorosa aplicação do citado artigo proporcionou a mais importante e histórica margem bruta;
- Em 2009 a mudança de critério de registo da facturação (atrás explicada) reduziu essa margem; porém, mesmo assim, manteve-se superior às obtidas em 2006 e 2007;
- Em 2010 a margem provisional poderá ser comparável à obtida em 2008.

Vejam os a evolução dos outros indicadores financeiros:

BALANÇO

Variações Patrimoniais (%)

Activo	2007	Tendência	2008	Tendência	2009	Tendência
Imobilizado Corpóreo	0,6	↗	3,0	↗	2,3	↗
Imobilizado Financeiro	7,9	↘	10,4	↗	32,4	↗
Imobilizado Líquido Total	4,8	↘	6,8	↗	20,5	↗
Dívidas de Terceiros	12,0	↗	33,9	↗	-32,8	↘
Disponibilidades	2,5	↗	51,2	↗	-61,0	↘
Activo Líquido Total	1,0	↘	30,2	↗	-20,2	↘
Passivo+Situação Líquida	2007		2008		2009	
Reservas + Resultados	1,6	↘	48,2	↗	-18,2	↘
Passivo	0,2	↗	3,8	↘	-41,2	↘

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL (%/ACTIVO)

2008	2009	2008	2009
Imobilizado Líquido Total 37,4%	Imobilizado Líquido Total 56,5%	Capital Social 70,3%	Capital Social 80,3%
Capital Circulante 62,6%	Capital Circulante 43,5%	Passivo 29,7%	Passivo 19,7%

Da análise comparativa anterior depreende-se que o património do Sindicato é cada vez mais forte:

- O imobilizado é largamente superado pelos capitais próprios;
- O passivo representa uma fatia cada vez menor desse património.

OUTROS CUSTOS E RESULTADOS

Variações Relativas (%)

Proveitos, Custos e Resultados	2008	Tendência	2009	Tendência
Fornecimentos e Serviços Externos	9,6	↘	28,4	↗
Encargos com o Pessoal	23,6	↗	21,8	↗
Resultados Operacionais	--	↗	38,9	↘
Resultados Financeiros	18,5	↗	47,6	↘
Resultados Líquidos	--	↗	43,2	↘

Da análise do quadro anterior verificaram-se fortes crescimentos estruturais, embora absolutamente controlados. Pelas razões já aduzidas, os resultados operacionais e líquidos foram altamente penalizados pela mudança de critério de contabilização de facturação, embora o menor crescimento dos resultados financeiros tenha a ver com a queda das taxas de juros e com a utilização de provisões (3.100.000€) no total.

3 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício das suas competências estatutárias e tendo atenção o resultado obtido (4.132.875,63€), a Direcção propõe que o mesmo tenha as seguintes aplicações:

Proposta de Aplicação de Resultados	2009
Reserva Legal	300.000,00
Reserva para o Fundo de Greve	400.000,00
Reserva Especial de Investimento	700.000,00
Reservas para a Fundação Social do Quadro Bancário	1.500.000,00
Reserva para garantia de benefícios	1.200.000,00
Resultados Transitados	32.875,63
Total	4.132.875,63

Lisboa, 30 de Março de 2010

A DIRECÇÃO

*Afonso Pires Diz
João da Rocha Oliveira e Silva
Maria Cesaltina Henriques
Dário Alves Águia
Rui Daniel Rodrigues de Freitas Sousa
Francisco José D'Almada Burguete
António José Andrade da Silva Vale
José Manuel Mendes Gonçalves*



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Conselho Fiscal

Senhores Conselheiros,

1. Nos termos do mandato e das competências que nos estão atribuídas pelo Artigo 28º dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório da Direcção, que inclui a Demonstração de Resultados e o Balanço, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. No desenvolvimento dos nossos trabalhos verificámos as contas com a regularidade e profundidade que considerámos necessária, contámos sempre com a colaboração da Direcção e dos Serviços do Sindicato em termos de disponibilidade das informações solicitadas. Para além do funcionamento normal, a Presidente do Conselho Fiscal esteve presente nas reuniões da Direcção com o objectivo de melhor fundamentar a análise das contas.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a. O Balanço mantém a tendência confortável dos últimos anos.
 - b. A Demonstração de Resultados reflete claramente a evolução bastante positiva da actividade do Sindicato.
 - c. O Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da actividade desenvolvida pelo Sindicato durante 2009.
 - d. A proposta de aplicação de resultados está de acordo com as disposições legais e estatutárias.
4. Deste modo, damos o nosso parecer favorável para que o Conselho Geral:
 - a. Aprove nos termos do Artigo 22º dos Estatutos, o Balanço a Demonstração de Resultados e o Relatório da Direcção, respeitantes ao Exercício de 2009 do Sindicato, conforme foram apresentados pela Direcção.
 - b. Aprove a proposta da Direcção de Aplicação de Resultados.
5. Finalmente, desejamos expressar a nossa confiança e o nosso agradecimento à Direcção e a todos os colaboradores do Sindicato, pela dedicação e extraordinário desempenho que revelaram ao longo do ano 2009.

Lisboa, 30 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

Ana Cristina Gouveia
Luis Silva Rosa
Paula Oliveira e Silva

A person in a dark suit is looking at a computer monitor. The scene is heavily blue-tinted. The person's face is in profile, looking towards the right. The monitor shows a large, abstract, light-colored graphic that resembles a stylized 'W' or a jagged line graph. The background is blurred, showing what appears to be a desk with a keyboard and other office equipment. The overall mood is professional and focused.

**MAPAS CONTABILÍSTICOS, BALANÇO,
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS,
E NOTAS EXPLICATIVAS**

Balanço Integrado (SNQTB/SAMS/FPA/GALP)

31-12-2009

CÓDIGO DAS CONTAS			EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2009		2008	
			A B	A P	A L	A L
		ACTIVO				
		IMOBILIZADO:				
I	3 434	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS: Trespases				
II		IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
	1 421	Terrenos e recursos naturais	656.935,88 €		656.935,88 €	656.935,88 €
	1 422	Edifícios e outras construções	4.396.942,88 €	721.277,58 €	3.675.665,30 €	3.463.608,28 €
	3 426	Equipamento administrativo	1.753.752,98 €	1.275.239,98 €	478.513,00 €	272.472,66 €
	3 429	Outras imobilizações corpóreas	67.684,69 €	38.522,48 €	29.162,21 €	29.957,97 €
	3 441	Imobilizações em curso				4.729.093,05 €
			6.875.316,43 €	2.035.040,04 €	4.840.276,39 €	4.563.322,03 €
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
	41232	Títulos de participação	3.074,09 €		3.074,09 €	3.074,09 €
	41231	Obrigações	3.247.010,00 €		3.247.010,00 €	2.135.681,50 €
	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	6.245.491,97 €		6.245.491,97 €	5.030.372,09 €
			9.495.576,06 €		9.495.576,06 €	7.169.127,68 €
II		DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
	1 2111	Sócios - SAMS	1.542.370,15 €	23.667,97 €	1.518.702,18 €	1.044.560,23 €
	1 2112	Sócios - FPA	311.991,43 €	29.210,18 €	282.781,25 €	320.966,82 €
	1 2113	Sócios - Turismo	15.149,57 €		15.149,57 €	11.647,77 €
	1 2114	Sócios - Sindicato	38.868,38 €		38.868,38 €	13.849,87 €
	1 213/7	Clientes - Outros	5.024,11 €		5.024,11 €	5.024,11 €
	4 229	Pagamentos antecipados	2.122.015,94 €		2.122.015,94 €	4.836.691,04 €
	4 24	Estado e outros Entes Públicos	60.762,33 €		60.762,33 €	114.401,04 €
	4 262+266/7/8+221	Outros devedores	3.796.334,88 €		3.796.334,88 €	3.567.334,04 €
			7.892.516,79 €	52.878,15 €	7.839.638,64 €	9.914.474,92 €
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	3 1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	540.865,53 €		540.865,53 €	443.758,73 €
			540.865,53 €		540.865,53 €	443.758,73 €
IV		DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
	12+13+14	Depósitos bancários	2.562.976,18 €		2.562.976,18 €	7.728.921,41 €
	11	Caixa	6.874,55 €		6.874,55 €	3.732,23 €
			2.569.850,73 €		2.569.850,73 €	7.732.653,64 €
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	271	Acréscimos de proveitos	33.217,34 €		33.217,34 €	51.092,64 €
	272	Custos diferidos	72.188,32 €		72.188,32 €	26.475,59 €
			105.405,66 €		105.405,66 €	77.568,23 €
				2.035.040,04 €		
				52.878,15 €		
TOTAL DO ACTIVO			27.479.531,20 €	2.087.918,19 €	25.391.613,01 €	30.066.676,25 €

Balanço Integrado (SNQTB/SAMS/FPA/GALP)

31-12-2009

CÓDIGO DAS CONTAS			EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
IV		RESERVAS:		
1/2	571	Reserva legal	1.200.000,00 €	1.100.000,00 €
	5741	Reserva especial de greve	1.100.000,00 €	1.100.000,00 €
	5743	Reserva Fundo Privativo de Assistência	1.000.000,00 €	500.000,00 €
	5744	Reserva especial de investimento	4.400.000,00 €	4.000.000,00 €
	5746	Reserva p/ Fundação Social do Quadro Bancário		
	5747	Reserva p/ Garantia de Benefícios	8.500.000,00 €	8.300.000,00 €
V	59	Resultados transitados	56.796,17 €	83.856,57 €
VI	88	Resultado líquido do exercício	4.132.875,63 €	7.272.939,60 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			20.389.671,80 €	22.356.796,17 €
B		PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS:		
3	29802	Directiva 19		
3	29803	Pagamentos antecipados		
3	29809	Outros		
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
4	221	Fornecedores, c/c	4.268.830,63 €	3.109.805,01 €
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		3.784.517,78 €
8	24	Estado e outros entes públicos	153.560,03 €	202.676,05 €
8	262/5+267/8+211+231	Outros Credores	307.285,50 €	385.777,15 €
	+12+13		4.729.676,16 €	7.482.775,99 €
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	273	Acréscimos de custos	272.265,05 €	227.104,09 €
	274	Proveitos diferidos		
			272.265,05 €	227.104,09 €
TOTAL DO PASSIVO			5.001.941,21 €	7.709.880,08 €
D		TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	25.391.613,01 €	30.066.676,25 €

O TÉCNICO DE CONTAS Isabel Maria Barata Oliveira

CONTAS AUDITADAS POR Dr. Francisco Xavier Alves

A DIRECÇÃO

CONTAS APROVADAS POR

Afonso Diz e António Vale

Conselho Geral
30 de Março de 2010

CÓDIGO DAS CONTAS			EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2009	2008
A		CUSTOS E PERDAS		
2.a)	61	Actividade Sindical		
	6121	Assistência na doença (SAMS)	32.699.307,21 €	25.297.639,45 €
	6122	Fundo Privativo de Assistência	2.193.103,51 €	1.874.354,53 €
	6129	Actividade Sindical	1.750,00 €	1.350,00 €
			34.894.160,72 €	27.173.343,98 €
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		2.102.491,54 €
3		Custos com o pessoal:		
3.a)	641+642	Remunerações	2.084.493,08 €	1.745.011,79 €
3.b)	643/8	Encargos sociais:	569.543,65 €	433.240,07 €
			2.654.036,73 €	2.178.251,86 €
4.a)	66	Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	187.219,60 €	189.088,45 €
4.b)	67	Provisões		189.088,45 €
			187.219,60 €	
5	63	Impostos	288.128,60 €	263.685,14 €
5	65	Outros custos operacionais	114.923,37 €	146.588,76 €
			403.051,97 €	410.273,90 €
		(A)	40.837.547,75 €	32.053.449,73 €
7	Rest. 68 (681/5/7/8)	Juros e custos similares:	343.051,65 €	50.990,33 €
		(C)	41.180.599,40 €	32.104.440,06 €
10	69	Custos e perdas extraordinários	325.126,66 €	108.283,03 €
		(E)	41.505.726,06 €	32.212.723,09 €
8+11	86	Impostos s/ rendimento do exercício	77.100,73 €	136.038,86 €
		(G)	41.582.826,79 €	32.348.761,95 €
13	88	Resultado líquido do exercício	4.132.875,63 €	7.272.939,60 €
			45.715.702,42 €	39.621.701,55 €
B		PROVEITOS E GANHOS		
	721	Contribuições	35.142.199,83 €	32.574.686,41 €
	722	Quotizações	4.532.066,86 €	4.211.758,01 €
	723	Fundo Privativo de Assistência	2.204.793,48 €	2.077.457,64 €
1	725	Serviços secundários	44.900,00 €	45.950,00 €
			41.923.960,17 €	38.909.852,06 €
4	73	Proveitos suplementares	9.877,20 €	19.029,71 €
4	74	Subsídios à exploração		
4	76	Outros proveitos operacionais	3.113.494,09 €	21.350,61 €
			3.123.371,29 €	40.380,32 €
		(B)	45.702.992,28 €	38.950.232,38 €
6	784	Rendimentos participações de capital	103.996,94 €	54.266,78 €
6	7812/5/6+783	Rendimentos titul. negoc. e aplic. financeiras	160.674,06 €	96.070,97 €
7	7811/3/4/7/8+785-8	Outros juros e proveitos similares	390.989,82 €	496.831,22 €
			655.660,82 €	647.168,97 €
		(D)	45.702.992,28 €	39.597.401,35 €
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	12.710,14 €	24.300,20 €
		(F)	45.715.702,42 €	39.621.701,55 €
Resumo:				
		Resultados operacionais: (B) - (A) =	4.209.783,71 €	6.896.782,65 €
		Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	312.609,17 €	596.178,64 €
		Resultados correntes: (D) - (C) =	4.522.392,88 €	7.492.961,29 €
		Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	4.209.976,36 €	7.408.978,46 €
		Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	4.132.875,63 €	7.272.939,60 €

1 - CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de Junho de 1983, tendo iniciado a sua actividade em 1984.

O SINDICATO representa os quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da actividade bancária.

Constituem receitas do SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS a quotização dos sócios e as contribuições para o Fundo Privativo de Assistência e SAMS/QUADROS.

As demonstrações financeiras do SINDICATO incluem os saldos e transacções gerados pelo SAMS/QUADROS – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL DO SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS.

O SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação colectiva em Julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de Agosto de 1992. O início de actividade ocorreu em 1 de Janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direcção do Sindicato, por um Conselho Directivo.

Tem como objecto a protecção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de carácter social.

Constituem receitas ordinárias do SAMS/QUADROS as contribuições das Instituições Bancárias e dos Empregados Bancários.

2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas com base num referencial contabilístico que, facultativa e tendencialmente, se enquadra nos princípios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade, procurando garantir a relevância, fiabilidade e a informação financeira.

As práticas que, desde sempre, vêm sendo seguidas, resultam de opções de política contabilística que têm presente as características da instituição e o modo de funcionamento das áreas em que opera, na sua actividade ao serviço dos associados.

Nestes termos, as contas foram preparadas com respeito pelos princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, do custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade.

Conforme vem sendo habitual, não foram reconhecidos, no exercício, os efeitos contabilísticos decorrentes das facturas dos fornecedores referentes a 2009 e que deram entrada nos serviços do Sindicato após 31 de Dezembro. Relativamente aos fornecedores de serviços de saúde também não foram reconhecidos os custos das facturas de 2009 e que deram entrada no Sindicato em Janeiro de 2010, assim como não foram considerados os acréscimos de custos resultantes da facturação Mediante Tabela.

Esta alteração deve-se ao facto de ter sido implementada a rotina do registo diário de entrada das facturas, sendo que o montante global das facturas recebidas e em conferência representa as responsabilidades máximas a honrar pelo Sindicato.

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são mostradas ao valor de custo deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo às taxas máximas legais e segundo o método das quotas constantes, de forma a reintegrar o imobilizado no fim da sua vida útil estimada.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

As taxas de amortização utilizadas foram as seguintes:

Itens	% anual
Edifícios e outras construções	2
Equipamento Administrativo	12,5 a 33,33
Outras imobilizações corpóreas	12,5 a 25

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.

(d) Imposto sobre o rendimento

O **SINDICATO** não exerce a título principal uma actividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da actividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

3- IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações foram os seguintes:

Rubricas	Saldo 01.01.2009	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2009
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	656.935,88			656.935,88
Edifícios e outras construções	4.090.824,62	306.118,26		4.396.942,88
Equipamento administrativo	1.450.062,55	304.088,43	(398,00)	1.753.752,98
Outras imobilizações corpóreas	66.874,69	810,00		67.684,69
Imobilizações em curso	306.118,26		(306.118,26)	
	6.570.816,00	611.016,69	(306.516,26)	6.875.316,43
Amortizações				
Edifícios e outras construções	627.216,34	94.061,24		721.277,58
Equipamento administrativo	1.177.589,89	97.674,97	(24,88)	1.275.239,98
Outras imobilizações corpóreas	36.916,72	1.605,76		38.522,48
	1.841.722,95	193.341,97	(24,88)	2.035.040,04
Valor Líquido	4.729.093,05	417.674,72	(2.065,96)	4.840.276,39

4 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Estão incluídos nesta rubrica os seguintes títulos:

Carteiras	2009	2008
Dossier BES	1.099.080,54	525.361,65
Acções:	1.096.006,45	522.287,56
Electricidade Portugal	209.307,42	24.688,29
Millennium BCP	38.150,00	38.150,00
Brisa	9.990,00	9.990,00
Portugal Telecom	169.028,20	125.078,20
B. Internacional Funchal	39.622,94	36.774,94
Banco Espírito Santo	381.968,85	219.662,48
GALP Energia	88.155,18	6.889,00
Portucel	21.456,00	21.456,00
REN	18.192,50	18.192,50
ZON Multimédia	89.492,78	18.366,15
EDP Renováveis, SA	30.642,58	3.040,00
Títulos de Participação:	3.074,09	3.074,09
B. de Fomento Nacional	3.074,09	3.074,09
Dossier Millennium Investimento	1.407.476,53	889.810,00
Acções:	1.407.476,53	889.810,00
Millennium BCP	278.734,02	278.734,02
B. Santander, SA	123.890,00	52.380,00
Iberdrola	87.441,00	30.441,00
European Aeronautic	119.458,00	41.138,00
Banco Bilbao Vizcaya	124.524,75	24.549,00
Banco Pastor	103.854,07	67.195,00
Gas Natural SDG, SA	217.978,97	45.633,12
Banco Popular Español	166.619,39	164.763,53
BPI	184.976,33	184.976,33
Dossier BPG	2.689.608,00	2.895.975,04
Acções:	892.598,00	860.293,54
Millennium BCP	112.598,00	66.200,00
B. Português de Gestão	420.000,00	420.000,00
Cª Seguros SAGRES	360.000,00	374.093,54
Obrigações:	1.797.010,00	2.035.681,50
Olivetti 6.125 2009		238.671,50
SGAL 1ª emissão (2014)	1.500.000,00	1.500.000,00
BMW 2.75 09/10	281.010,00	281.010,00
Sagres FRN Perpétuo	16.000,00	16.000,00
Dossier Santander/Totta	57.247,19	10.817,19
Acções:	57.247,19	10.817,19
B. Santander, SA	57.247,19	10.817,19
Dossier BANIF	700.000,00	100.000,00
Obrigações:	700.000,00	100.000,00
Banif 2009-2019	600.000,00	
Rentipar Fin. 2008/2012	100.000,00	100.000,00
Dossier Rothschild	2.506.198,80	2.506.198,80
Acções:	66.198,80	66.198,80
Millennium BCP	66.198,80	66.198,80
Fundos:	2.440.000,00	2.440.000,00
F. Invest. Imobiliário (ImoSocial)	2.440.000,00	2.440.000,00
Dossier CGD	750.000,00	
Obrigações:	750.000,00	
CGD 2009/2019 Anivers.	750.000,00	
Outros	285.965,00	240.965,00
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	205.965,00	205.965,00
Mediação Indep. Seguros, Lda	80.000,00	35.000,00
	9.495.576,06	7.169.127,68

Tendo em conta o carácter de médio/longo prazo dos investimentos, não se efectuou o ajustamento previsto nos critérios de valorimetria definidos no ponto 5.4.3.6 do Plano Oficial de Contabilidade.

5 - SÓCIOS

O saldo desta conta compreende empréstimos concedidos aos sócios, essencialmente para despesas médicas. Estas dívidas não vencem juros e a sua amortização faz-se mensalmente e, excepcionalmente, quando não é efectuada voluntariamente pelo sócio, por retenção de reembolsos de despesas de saúde.

A 31 de Dezembro apresentava os seguintes saldos:

Dívidas de Sócios	2009	2008
Sócios - SAMS	1.542.370,15	1.068.228,20
Sócios - FPA	311.991,43	350.177,00
Sócios - Turismo	15.149,57	11.647,77
Sócios - Sindicato	38.868,38	13.849,87
	1.908.379,53	1.443.902,84
Provisões p/ Devedores de Cobrança Duvidosa	(52.878,15))	(52.878,15)
	1.855.501,38	1.391.024,69

6 - PAGAMENTOS ANTECIPADOS

Estão incluídas na rubrica "Pagamentos antecipados" as despesas de saúde reembolsáveis dos sócios e que, em parte, constituirão encargos a suportar pelo SAMS/QUADROS e FUNDO PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA.

7 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (SALDOS DEVEDORES)

Decompõe-se da seguinte forma:

Saldos Devedores	2009	2008
Retenção na fonte sobre rendimentos (IRC)	60.762,33	114.401,04
	60.762,33	114.401,04

8 - OUTROS DEVEDORES

A rubrica "Outros devedores" decompõe-se da seguinte forma:

Outros Devedores	2009	2008
Contrib./Quotiz./F.Pensões:		
Contribuições	2.095.982,28	1.798.823,48
Quotizações	278.202,88	241.551,10
Fundo Privativo de Assistência	133.437,43	118.019,56
Fundo de Pensões	15.398,35	15.759,19
Beneficiários c/ +25 anos	24.648,32	15.398,32
Consultores, assessores e intermediários	353.271,95	687.698,07
Outros	895.393,67	690.084,32
	3.796.334,88	3.567.334,04
Provisões p/ outras dívidas de terceiros	–	–
	3.796.334,88	3.567.334,04

Os montantes referidos nas rubricas "Contrib./Quotiz./F.Pensões" correspondem à especialização das contribuições das Instituições Bancárias e dos Sócios referentes ao mês de Dezembro, a receber em Janeiro do ano seguinte.

A rubrica "Consultores, assessores e intermediários" compreende várias verbas, entre as quais o valor entregue a agentes financeiros, para gestão da carteira de títulos e o valor a receber dos sócios relativo à utilização do cartão GALP-Frota.

9 - TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Estão incluídos nesta rubrica os seguintes títulos:

Títulos de Tesouraria	2009	2008
Acções (negociadas pela Carnegie Investimentos)	190.000,00	190.000,00
Outros títulos (negociados na LusoPartners)	350.865,53	253.758,73
	540.865,53	443.758,73

Corre os seus termos uma acção judicial contra a Carnegie Investimentos, em liquidação, com vista à recuperação do saldo desta conta.

Tendo em conta a providência cautelar que, no âmbito do processo, foi já decretada judicialmente, os interesses do Sindicato encontram-se devidamente acautelados.

10 - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Saldos Bancários	2009	2008
Depósitos à Ordem	2.250.378,28	5.212.327,60
Depósitos a Prazo:		
BCA	71.613,08	653.110,95
Barclays (SAMS)		131.040,87
Millennium BCP		1.000.001,00
BES (SIND)	112.363,82	22.560,99
Barclays (SIND)		19.952,00
Rothschild	–	–
BPG	75.000,00	660.000,00
Barclays (GALP)	53.621,00	29.928,00
	312.597,90	2.516.593,81
	2.562.976,18	7.728.921,41

11 - ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

A rubrica de acréscimos de proveitos refere-se à especialização de juros a receber, relativos às contas de depósitos à ordem e a prazo, assim como das obrigações constantes nos Investimentos Financeiros.

12 - CUSTOS DIFERIDOS

Esta rubrica compreende, essencialmente, a especialização do aluguer das instalações das delegações do SNQTB e de diversos Seguros.

13 - CAPITAL PRÓPRIO

O movimento nas rubricas de Capital Próprio, durante o exercício de 2008, foi o seguinte:

Evolução das Reservas e Resultados	Saldo 01.01.2009	Aumento	Redução	Saldo 31.12.2009
Reserva legal	1.100.000,00	100.000,00		1.200.000,00
Reserva especial de greve	1.100.000,00			1.100.000,00
Reserva Fundo Privativo de Assistência	500.000,00	500.000,00		1.000.000,00
Reserva especial de investimento	4.000.000,00	1.000.000,00	(600.000,00)	4.400.000,00
Reserva Fundação Social do Quadro Bancário		3.000.000,00	(3.000.000,00)	
Reserva para garantia de benefícios	8.300.000,00	2.700.000,00	(2.500.000,00)	8.500.000,00
	15.000.000,00	7.300.000,00	(6.100.000,00)	16.200.000,00
Resultados transitados	83.856,57	(7.300.000,00)	(2.000.000,00)	56.796,17
Resultado líquido do exercício	7.272.939,60	18.705.815,23	(7.272.939,60)	4.132.875,63
Valor Líquido	22.356.796,17	18.705.815,23	(20.672.939,60)	20.389.671,80

Durante o exercício procedeu-se à utilização das “Reserva Especial de Investimento” e “Reserva para Garantia de Benefícios, no valor de, respectivamente, 600.000,00€ e 2.500.000,00€.

A utilização destas Reservas tornou-se necessária devido aos avultados investimentos que foram feitos, com vista à remodelação do sistema informático do Sindicato, assim como o reforço verificado com os aumentos dos custos de saúde.

14 - FORNECEDORES

Esta rubrica compreende, essencialmente, os saldos em dívida aos prestadores de serviços de saúde à data de 31 de Dezembro de 2009.

15 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (SALDOS CREDORES)

Decompõe-se da seguinte forma:

Caixas e Impostos	2009	2008
Retenção na fonte sobre rendimentos - IRS e IRC	24.587,31	21.641,11
IRC a pagar	77.100,73	136.038,86
IVA a pagar	8.784,82	4.790,12
Taxa Social Única	43.087,17	40.205,96
	43.087,17	202.676,05

16 - OUTROS CREDORES

A rubrica "Outros Credores" decompõe-se da seguinte forma:

Valores em Dívida	2009	2008
Victoria Seguros	211.288,12	314.728,58
Fundo de Pensões/Quadros Bancários	27.493,52	
Outros	68.503,86	71.048,57
	307.285,50	385.777,15

A rubrica "Victoria Seguros" corresponde à especialização do prémio de seguro de saúde e restantes encargos. O saldo evidenciado corresponde ao mês de Dezembro de 2009, a liquidar em 2010.

17 - ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Acréscimos e Diferimentos	2009	2008
Férias e Subsídios de Férias a liquidar no ano seguinte	272.217,08	227.051,20
Outros	47,97	52,89
	272.265,05	227.104,09

18 - ACTIVIDADE SOCIAL

Actividade Social	2009	2008
ASSISTÊNCIA NA DOENÇA (SAMS)		
Serviços prestados pela Victoria	3.936.714,37	4.300.890,41
Comparticipação - Facturação	16.751.788,37	10.188.703,78
Comparticipação - Directa	7.616.366,15	6.316.922,97
Farmácias	4.301.861,60	4.405.797,28
3ª Idade	88.565,29	81.876,51
Outros	4.011,43	3.448,50
	32.699.307,21	25.297.639,45
FUNDO PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA		
Comparticipações	1.793.218,63	1.500.972,66
Subsídios	399.884,88	373.381,87
	2.193.103,51	1.874.354,53
CUSTOS DA ACTIVIDADE SINDICAL		
Conselho Geral	1.750,00	1.350,00
	1.750,00	1.350,00
	34.894.160,72	27.173.343,98

Ver Nota 2.a) quanto à especialização do exercício.

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Encargos com Fornecimentos e Serviços Externos	2009	2008
Electricidade	33.345,99	21.744,84
Material de escritório	92.047,18	76.856,72
Artigos para oferta	34.451,50	42.000,00
Rendas e alugueres	175.896,82	104.623,96
Despesas de representação	18.895,59	17.770,57
Comunicação	477.859,53	404.014,95
Seguros	16.247,71	11.732,93
Transportes de pessoal	39.154,85	39.665,26
Deslocações e estadas	206.517,36	150.180,42
Honorários	264.581,20	291.141,51
Contencioso e notariado	34.855,87	56.095,23
Conservação e reparação	243.040,57	36.312,36
Publicidade e propaganda	325.419,89	270.266,87
Limpeza, higiene e conforto	70.170,82	51.035,11
Vigilância e Segurança	13.361,41	105.103,23
Trabalhos especializados	289.018,88	249.982,94
Informação aos sócios	160.602,63	126.347,93
Formação	173.250,00	9.342,00
Diversos	30.360,93	38.274,71
	2.699.078,73	2.102.491,54

Ver Nota 2.a) quanto à especialização do exercício.

20 - CUSTOS COM O PESSOAL

Encargos com o Pessoal	2009	2008
Remunerações dos órgãos sociais	394.538,35	364.007,90
Remunerações do pessoal	1.689.954,73	1.381.003,89
Encargos sobre remunerações	406.850,82	357.258,95
Outros custos com o pessoal	162.692,83	75.981,12
	2.654.036,73	2.178.251,86

21 - IMPOSTOS

Respeita, essencialmente, a pagamentos do Imposto de Selo (5%) e INEM (1%) que incidem sobre os prémios do seguro de saúde suportados no exercício.

22 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica compreende, principalmente, os custos relativos às quotizações mensais pagas ao FSI - Fórum dos Sindicatos Independentes, USI - União dos Sindicatos Independentes, CEC - Confédération Européenne des Cadres e FECEC – Fédération Européenne des Cadres des Établissements de Crédit et Institutions Financières.

Inclui, igualmente, custos suportados com a realização de alguns eventos, nomeadamente, torneios de golf e as comemorações dos 25 anos do Sindicato.

23 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receitas	2009	2008
Contribuições	35.142.199,83	32.574.686,41
Quotizações	4.532.066,86	4.211.758,01
Fundo Privativo de Assistência	2.204.793,48	2.077.457,64
Contribuições Beneficiários (+25anos)	44.900,00	45.950,00
	41.923.960,17	38.909.852,06

As contribuições mensais do SAMS, efectuadas pelas Instituições de Crédito e pelos sócios, são, na generalidade, calculadas numa base de 6,50% e 1,50%, respectivamente, sobre a massa salarial.

Os restantes proveitos referem-se às contribuições mensais efectuadas pelos sócios, calculadas numa base de 1% (quotizações) e 0,5% (FPA) sobre a massa salarial dos sócios.

A rubrica "Contribuições Beneficiários com + 25 anos" engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos, de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS/QUADROS.

24 - PROVEITOS SUPLEMENTARES

Esta rubrica é, essencialmente, composta por proveitos provenientes da comparticipação nas despesas de manutenção por parte de algumas entidades que ocupam as nossas instalações da Avenida Miguel Bombarda, nº 56, em Lisboa.

25 - OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Outros Proveitos Operacionais	2009	2008
Utilização de reservas	3.100.000,00	
Cartão GALP/Frota	13.494,09	21.350,61
	3.113.494,09	21.350,61

Respeita, principalmente, à utilização das “Reserva Especial de Investimento” e “Reserva para Garantia de Benefícios”, conforme referido na Nota 13.

Inclui, ainda, à facturação dos encargos de promoção, divulgação e envio do cartão GALP/Frota aos associados do SNQTB.

26 - RESULTADOS FINANCEIROS

Proveitos/Custos	2009	2008
PROVEITOS		
Juros de depósitos à ordem	53.276,94	160.398,80
Juros de depósitos a prazo	51.900,90	93.360,70
Obrigações e títulos de participação	160.643,16	94.926,24
Fundos	70.448,00	171.632,00
Rendimentos de participações de capital	103.996,94	54.266,78
Outros	215.394,88	72.584,45
	655.660,82	647.168,97
CUSTOS		
Juros suportados	(130,02)	(217,82)
Outros	(342.921,63)	(50.772,51)
	(343.051,65)	(50.990,33)
	312.609,17	596.178,64

27 - RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Proveitos/Custos	2009	2008
PROVEITOS		
Restituição de impostos		
Ganhos em imobilizações	186,04	2.000,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.193,03	4.597,41
Outros	10.331,07	17.702,79
	12.710,14	24.300,20
CUSTOS		
Donativos	(10.850,00)	(2.000,00)
Perdas em Imobilizações	(285.265,04)	
Multas e penalidades	(1.455,50)	(491,46)
Correcções relativas a exercícios anteriores	(7.013,22)	(40.964,79)
Outros	(20.542,90)	(64.826,78)
	(325.126,66)	(108.283,03)
	(312.416,52)	(83.982,83)

A DIRECÇÃO

Afonso Pires Diz
António José Andrade Silva Vale

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Isabel Maria Barata Oliveira



RELATÓRIO E PARECER DOS AUDITORES

Francisco Xavier Alves
 Economista
 Revisor Oficial de Contas
 (R.O.C. 1112)

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Exercício de 2009

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 25.391.613,01 € e um total de capital próprio de 20.389.671,80 €, incluindo um resultado líquido positivo de 4.132.875,63 €), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes notas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção do Sindicato a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.
4. A Direcção do Sindicato, não se encontrando abrangida pelo disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, entende que a “forma verdadeira e apropriada” das demonstrações financeiras da entidade é assegurada, utilizando apenas parcialmente, os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Assim, de acordo com esta política, a informação contabilística foi preparada sem atender ao princípio da especialização e aos critérios de valorimetria dos investimentos financeiros, referidos, respectivamente, nos pontos 4 e 5.4 do Plano Oficial de Contabilidade.

ÂMBITO

5. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo nº 8 abaixo, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Francisco Xavier Alves

Revisor
Revisor Oficial de Contas
(RNC 1112)

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção do Sindicato, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
6. O meu exame não abrangeu, contudo, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
7. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

RESERVA POR LIMITAÇÃO DE ÂMBITO

8. Os saldos de fornecedores não foram examinados com a extensão planeada para obter um grau de segurança aceitável, dado que não foram recebidas respostas à circularização efectuada, da parte de um número significativo dessas entidades. Por outro lado, em relação às respostas recebidas, não foi possível obter as respectivas reconciliações dos saldos.

RESERVAS POR DESACORDO

9. No activo do balanço encontra-se registado um saldo de 2.122.016 € na conta 229 – Pagamentos antecipados, que não foi, ainda, justificado pelos serviços de contabilidade. Na análise efectuada aos movimentos lançados nesta conta, que deixou de ser utilizada a partir de Abril/2009, concluiu-se que, grosso modo, aquele montante corresponde a facturação de prestadores de serviços de saúde, lançada temporariamente naquela conta, enquanto não fosse efectuado o “encontro de contas” ou seja o apuramento das respectivas participações a cargo do SAMS e do FPA e da parte a suportar pelos sócios. De acordo com a informação disponível, o conjunto de facturação pendente entrada até Abril/2009 a aguardar “encontro de contas”, no final do ano, deveria ser residual. Nestes termos, uma parte significativa do saldo daquela conta que estimamos em cerca de 2.000.000 € deveria ter sido transferido para a conta 61 – Actividade Sindical.
10. Toda a facturação de prestadores de serviços de saúde, entrada até ao final do ano, a partir de Abril/2009 foi reconhecida na conta 61 – Actividade Sindical, incluindo situações que irão ser objecto de “encontro de contas”, ou seja que

Francisco Xavier Alves

Economista
Revisor Oficial de Contas
(ROC 1112)

irão ser suportadas, em parte, pelos respectivos sócios. Não existindo elementos que permitam determinar, com rigor, tal montante, procedeu-se em alternativa, ao cálculo de uma estimativa, com base em procedimentos analíticos que tomaram em conta a informação histórica sobre tais movimentos. Os cálculos efectuados apontam para um valor da ordem dos 300.000 €, que deveriam ser retirados da conta acima referida e transferidos para débito de uma conta de terceiros.

Concluindo, no conjunto dos pontos 9 e 10, a conta 61 – Actividade Sindical, deveria ter sido escriturada por mais 1.700.000 €.

11. Conforme deliberações de 8/1/2010 e 5/3/2010, foram transferidas para a conta 76 - Outros Proveitos Operacionais, as quantias de 600.000 € e de 2.500.000 €, por contrapartida das contas 5744 – Reserva Especial de Investimento e 5747 – Reserva para Garantia de Benefícios. Muito embora estas transferências não tenham afectado o valor do capital próprio, o conceito contabilístico de proveito não contempla estes movimentos conforme claramente se deduz da Directriz Contabilística nº 26/99. Não posso, portanto, estar de acordo, do ponto de vista técnico, com os mesmos.

Fruto da alteração da política contabilística seguida em anos anteriores, o exercício de 2009 para além de suportar os custos da assistência médico-social garantidos pelo SAMS e pelo FPA das facturas entradas durante esse ano, suportou ainda os custos de parte significativa do movimento entrado no ano anterior. Creio que o objectivo de utilização daquelas reservas terá sido, de certa forma, o de promover o equilíbrio do resultado do exercício, o que poderia ter sido conseguido, em alternativa, sem desprimor técnico, reconhecendo o montante correspondente ao ano 2008 em resultados transitados e explicando o critério utilizado nas notas às contas.

OPINIÃO

12. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo nº 8 acima, e quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos nºs 9, 10 e 11, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com a política referida no ponto 4.

Lisboa, 30 de Março de 2010



(Francisco Xavier Alves)
ROC 1112



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos do articulado relevante dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, a composição dos Órgãos Centrais é como se passa a indicar:

Mesa Unificada da Assembleia Geral e do Conselho Geral

Presidente	Joaquim Esteves Saloio
Vice- Presidente	Luís Alberto Ferraz da Silva
Secretária	Maria da Graça Esteves

Direcção

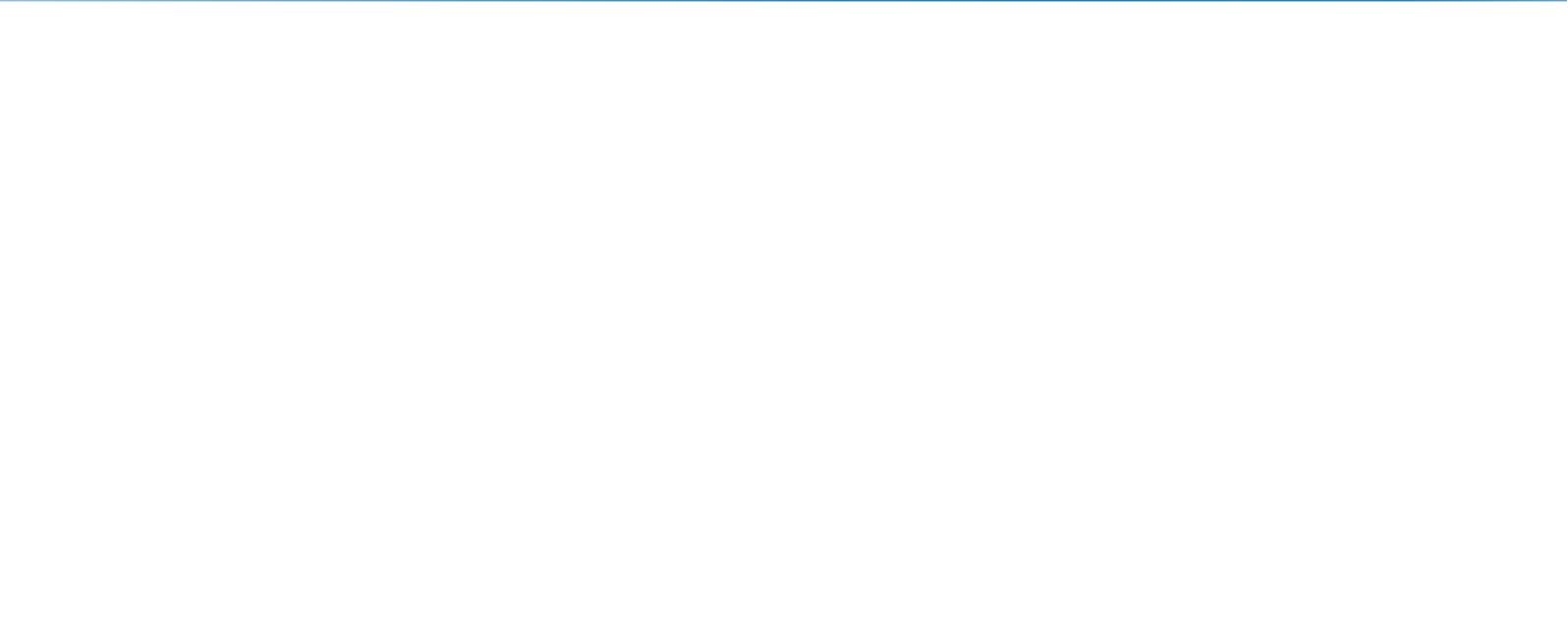
Presidente	Afonso Pires Diz
Vice-Presidente	João da Rocha Oliveira e Silva
1º Tesoureiro	António José Andrade da Silva Vale
2º Tesoureiro	Francisco José P. de Almada Burguete
Secretária	Maria Cesaltina Henriques
Vogal	Dário Alves Águia
Vogal	Rui Daniel R. de Freitas Sousa
Vogal	José Manuel Mendes Gonçalves
Vogal	Manuela Delgado

Conselho Fiscal

Presidente	Ana Cristina Silva Dias Gouveia
Vogal	Luís Bento da Silva Rosa
Vogal	Paula Oliveira e Silva

Conselho da Disciplina

Presidente	José F. A. Oliveira Costa
Vogal	Horácio Andrade Pereira
Vogal	Carlos Justo Marques



www.snqtb.pt